

REQUERIMENTO Nº /CRE, DE 2013

**Senhor Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional,
Senador RICARDO FERRAÇO,**

Com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno desta Casa, REQUEIRO a realização de Audiência Pública nesta Comissão, convidando o Ministro das Relações Exteriores, Sua Excelência Senhor Antônio Patriota, e o Ministro do Desenvolvimento Econômico, Sua excelência Senhor Fernando Pimentel, para debater questões referentes à criação do bloco Aliança do Pacífico e seus reflexos na integração latino-americana e sobre o bloco regional do MERCOSUL, sem prejuízo de demais convidados que a Comissão entenda convidar.

Justificação

Foi com grande surpresa que tomei conhecimento de matéria publicada na Folha de S. Paulo de hoje (21/05). Trata-se artigo, assinado pelo sempre lúcido jornalista Clóvis Rossi, sobre a criação do bloco Aliança do Pacífico, que faço questão de transcrever:

“FOLHA DE SÃO PAULO 21/05/2013

CLÓVIS ROSSI

Um buraco no quintal do Brasil

Aliança do Pacífico ganha forma hoje, com projeto de integração que dá as costas para Brasília

Tem festa hoje no quintal do Brasil: os presidentes do México, Chile, Colômbia e Peru, reunidos em Cali (Colômbia), põem carne na ossatura da Aliança do Pacífico, anunciando a eliminação das tarifas de importação de 90% dos produtos que comercializam (os 10% restantes cairão em sete anos).

Não é preciso ser PhD em Harvard para desconfiar que esse novo bloco abre um rombo no projeto prioritário da diplomacia brasileira desde o governo Itamar Franco, reforçado na gestão de Luiz Inácio Lula da Silva, que é o da integração sul-americana, se possível latino-americana, atraindo também o até agora arredio México.

A Aliança do Pacífico não deixa de ser integração entre os três países sul-americanos mais o México, mas ela se fará de costas para Brasília e, como o nome indica, voltada para o outro oceano que banha a América do Sul.

O novo conglomerado tornou-se objeto de desejo de Costa Rica e Panamá, sem contar o de países extracontinentais, como a Espanha, e o Canadá, que já está ligado ao México no Nafta (Área de Livre Comércio Norte-Americana, em sua sigla em inglês).

E o Brasil, enquanto isso? Nada. É verdade que o Itamaraty está terminando a proposta que gostaria de apresentar à União Europeia, no marco da negociação UE/Mercosul. Mas é uma proposta que terá que ser discutida antes com os parceiros do Mercosul, entre os quais há dois (Argentina e Venezuela) que não são exatamente fanáticos pelo livre-comércio.

A eleição de Roberto Azevêdo para a direção-geral da Organização Mundial do Comércio torna incompreensível a modorra com que se comporta o governo brasileiro

nesse capítulo de negociações comerciais. Afinal, Dilma Rousseff fez o maior empenho para eleger Azevêdo, cujo discurso de campanha dizia, com todas as letras, que o livre comércio é ferramenta essencial para o desenvolvimento.

O empresariado industrial brasileiro parece, agora, concordar com ele. Explico o agora: nas negociações tanto UE/Mercosul, como Alca (Área de Livre Comércio das Américas) como Rodada Doha, a indústria resistia a ser a moeda de troca para a abertura dos mercados agrícolas do mundo rico.

*Agora, conforme a **Folha** ouviu na Confederação Nacional da Indústria, há predisposição para uma oferta que cubra 90% de seu volume de comércio, no que coincide, literalmente, com o modelo a ser anunciado hoje pela Aliança do Pacífico.*

Duvido que a Argentina concorde com uma proposta desse calibre, mas não dá para o Brasil ficar refém do Mercosul. O bloco está paralisado há muito tempo e sua única chance de ganhar tônus vital seria negociar com gente grande.

Ainda mais agora que surgiu um "new kid" no bloco latino-americano, de tamanho capaz de competir com o Brasil, o gigante adormecido: a população da Aliança do Pacífico é algo maior que a brasileira (209 milhões x 198 milhões) e a economia quase empata (US\$ 2,4 trilhões no Brasil, US\$ 2 trilhões nos quatro da turma do Pacífico).

Como ensina o grande sociólogo Zé Simão, quem fica parado é poste."

Como se depreende do instrutivo artigo sobre a criação da Aliança do Pacífico, é imprescindível que esta comissão debata com o titular das Relações Exteriores a formação deste bloco econômico, de maneira bem objetiva, principalmente sobre os seguintes aspectos:

- 1 – seus reflexos para a integração latino-americana;
- 2 – o impacto sobre o bloco regional do MERCOSUL; e
- 3 – a avaliação do Itamaraty

Lembremos que México, Chile, Colômbia e Peru, criadores da Aliança para o Pacífico, deverão concorrer diretamente com o Mercosul.

Não é insensato intuir que os Estados Unidos devem ver com bons olhos essa nova aliança, pois representa um cavalo de Tróia na estratégia de integração latino-americana, cujo dismantelamento sempre interessou aos poderosos vizinhos do Norte.

Como dito no artigo de Clóvis Rossi, a integração latino-americana, frágil até agora, vem sendo sustentada, principalmente, pela diplomacia brasileira, com apoio de países como Argentina, Uruguai, Bolívia e Venezuela.

Do ponto de vista econômico, a Aliança do Pacífico está mais próxima da Área de Livre Comércio, assinada pelo México com os Estados Unidos e Canadá;

Do ponto de vista político, igualmente, a identidade maior é com os Estados Unidos.

Portanto, a Comissão de Relações Exteriores do Senado tem o dever debater profundamente esse assunto e tirar conclusões que visem o interesse nacional, do bloco a que pertencemos e do nosso subcontinente.

Sala das Comissões, 05 de junho de 2013.

Senador Pedro Simon